



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária

Serviço de Processamento do 15º Grupo de Câmaras de Direito Privado
Rua Conselheiro Furtado, 503 - 5º andar, Liberdade, CEP. 01511-000
São Paulo/Capital

Fone (11)3399-6065

Registro: 2018.0000888021

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1007639-53.2014.8.26.0037, da Comarca de Araraquara, em que é apelante IVETE RAMOS MENDONÇA (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados VALDEMAR MISAEL DE ALBUQUERQUE e RONALDO PEREIRA.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente), MARIA LÚCIA PIZZOTTI E LINO MACHADO.

São Paulo, 7 de novembro de 2018.

Andrade Neto
RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO 2

30ª CÂMARA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Apelação n.º 1007639-53.2014.8.26.0037

Apelante: Ivete Ramos Mendonça (Justiça Gratuita)

Apelados: Valdemar Misael de Albuquerque e Liberty Seguros S/A

Comarca: Araraquara - 3ª Vara Cível

Juiz prolator: Humberto Isaias Gonçalves Rios

RESPONSABILIDADE CIVIL – ACIDENTE DE TRÂNSITO – CULPA INCONTROVERSA – DANO MATERIAL/LUCROS CESSANTES – OITIVA DE UMA TESTEMUNHA – INSUFICIÊNCIA – PRETENSÃO REJEITADA POR FALTA DE COMPROVAÇÃO - DANO MORAL/ESTÉTICO CARACTERIZADO – INDENIZAÇÃO ARBITRADA EM VALOR DESPROPORCIONAL AOS DANOS - ELEVÇÃO PARA R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS) – CABIMENTO – CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA DA SEGURADORA – IMPOSSIBILIDADE – CLÁUSULA DE DANOS MORAIS NÃO CONTRATADA PELO RÉU – IMPOSSIBILIDADE DE CONSIDERAR COMO DANOS MORAIS OS DANOS CORPORAIS REFERIDOS NA APÓLICE.

APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

VOTO Nº 30158

Trata-se de recurso de apelação interposto pela autora buscando a reforma parcial da sentença que condenou o réu ao pagamento de danos morais e estéticos no valor de R\$ 15.000,00, corrigidos desde o arbitramento e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês desde o evento; e improcedente a ação secundária direcionada contra a seguradora, por ausência de cobertura.

A autora pretende receber lucros cessantes de dois salários no período de convalescença (07/08/13 a 26/06/15), de um salário mínimo, em razão da incapacidade de 50% reconhecida no laudo do IMESC (fls. 483), até a realização da perícia judicial realizada em



09/11/2016 (fls. 551), e a partir daí uma pensão mensal vitalícia no importe de 20% (vinte por cento) sobre dois salários mínimos.

Alega, ainda, ter direito ao ressarcimento dos alugueis e despesas com contador desde o acidente até seu retorno ao trabalho, e que os valores arbitrados a título de danos morais e estéticos são insuficientes, pretendendo sua majoração respectivamente para 150 e 100 salários mínimos.

Por fim, alega que a apólice (fls. 199) previu indenização por danos corporais até o montante de R\$ 100.000,00, sem excluir os danos estéticos, devendo, por conseguinte, ser a seguradora condenada solidariamente ao pagamento da indenização fixada na sentença.

O recurso foi processado com as contrarrazões.

É o relatório.

Incontroverso que no dia 07.08.2013 o réu Valdemar, conduzindo veículo automotor de forma negligente, avançou o farol vermelho e colidiu contra a motocicleta dirigida pela autora, ora apelante.

Nesse contexto, indisputável a culpa do réu Valdemar pela ocorrência do acidente de trânsito, porém, não há como acolher a pretensão da apelante no tocante às verbas indenizatórias.



A autora demonstrou ser proprietária de um Brechó, mas deixou de apresentar prova segura de que paralisou suas atividades comerciais em razão do acidente – fato que poderia ter sido feito com a juntada de documentos fiscais ou declaração do contador -, de modo que não é possível condenar o réu ao pagamento de lucros cessantes, tampouco ressarcimento dos custos com aluguéis e pagamento de contador apenas com base na oitiva de uma testemunha.

Improcedente também o pleito de pensão mensal vitalícia, pois o laudo pericial foi taxativo ao concluir pela existência de sequela em grau leve no membro inferior direito e falta de incapacidade laboral (fls. 549).

No tocante ao valor do dano moral o recurso merece parcial provimento.

Conforme fundamentado pelo magistrado, “...no que tange ao pedido de indenização por danos morais e estéticos (sendo estes uma espécie autônoma de dano extra-patrimonial), a autora teve sua perna direita gravemente atingida, sendo indubitável que o evento provocou abalo emocional, angústia e grande sofrimento à autora, passível de ressarcimento. O laudo apontou que a vítima sofreu fratura exposta na tíbia, fíbula e maléolo medial do fêmur, além de lesão parcial no ombro direito (fl. 547). A autora submeteu-se a tratamento clínico, cirúrgico e fisioterápico, para correção das lesões sofridas, as



quais lhe deixaram sequelas, inclusive estética, consoante o laudo e fotografias juntadas com a inicial (fls. 64 e 66), cujas cicatrizes encontram-se com boas aparências, segundo o expert (fl. 547).”

Assim, sopesadas a repercussão negativa sofrida pela autora, reputo razoável e justo elevar a indenização pelos danos extrapatrimoniais, considerados também os efeitos prejudiciais à condição estética da vítima, para o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), montante que traduz não só a compensação pelo abalo moral causado pelo sofrimento físico e psíquico como também serve para reparação dos danos estéticos causados pelo acidente de trânsito.

Por fim, conforme se extrai dos termos da apólice, o réu-segurado, embora tenha contratado cobertura para danos corporais a terceiros, excluiu expressamente a cobertura para hipótese de causação de danos morais (fls. 199 e 321), o que desobriga a seguradora do pagamento da respectiva indenização.

Excluídos os danos morais, de se reputar que a previsão de indenização por danos corporais a terceiros está limitado aos danos patrimoniais daí decorrentes, vale dizer, os gastos despendidos para o tratamento e recuperação das lesões sofridas, estando alheios os danos extrapatrimoniais, originados em razão da violação dos direitos de personalidade, situando-se nesse contexto os danos estéticos, os quais, embora autônomos e cumuláveis com os danos morais em sentido estrito, têm também a mesma natureza extrapatrimonial, na medida em



que se ligam não às lesões eventualmente deformantes em si mesmas, mas aos sentimentos de desgosto, inferioridade, humilhação, etc. que causem na vítima, ou seja, o que é objeto de indenização é o menoscabo espiritual que a alteração estética produzida pela lesão causa no psiquismo da vítima.

Isto posto, pelo meu voto, **dou parcial provimento** para elevar a indenização por danos morais para a quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), mantidos os demais termos da sentença, notadamente a preservação do cômputo da correção monetária desde a publicação da sentença.

ANDRADE NETO
Relator